#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

## EDITAL DE LICITAÇÃO

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022

## TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para a execução da 1ª etapa, sendo: (Serviços preliminares, movimento de terra, infraestrutura – fundações e muro divisório), destinada a construção da sede própria da Câmara Municipal de Arantina/MG, tudo conforme Edital, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planta e demais anexos.

### ABERTURA DA SESSÃO DA TOMADA DE PREÇOS:

Dia: 23/12/2022 às 09h (nove horas).

Não havendo expediente nas datas supracitadas, o credenciamento e a abertura da sessão ficarão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

**LOCAL:** Sede da Câmara Municipal de Arantina, rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Várzea - Arantina– CEP: 37.360-000.

**CONSULTAS AO EDITAL:** Na sede da Câmara Municipal de Arantina/MG, rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Várzea - Arantina— CEP: 37.360-000 e pelo site www. https://camaraarantina.mg.gov.br/.

\_\_\_\_

**ESCLARECIMENTOS:** Telefone (32) 3296-1329.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

#### 1. PREÂMBULO:

A Câmara Municipal de Arantina, com sede administrativa rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Várzea - Arantina— CEP: 37.360-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.161.847/0001-58, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação devidamente nomeada, torna pública a abertura do **Processo Licitatório n.º 010/2022, na modalidade Tomada de Preços n.º 001/2022**, **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei Federal n.º 8.666/19*9*3, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital. Para fins do disposto no art. 191 da Lei n.º 14.133/2021, esclarece que toda regra e rito seguirá as disposições da Lei n.º 8.666/93.

### 2 - DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa de engenharia para a execução da 1ª etapa, sendo: (Serviços preliminares, movimento de terra, infraestrutura fundações e muro divisório), destinada a construção da sede própria da Câmara Municipal de Arantina/MG, tudo conforme Edital, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planta e demais anexos.
- 2.2 O valor estimado para execução desta obra é de R\$ 109.973,84 (cento e nove mil novecentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

#### 3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante credenciado legalmente que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se ou apresentar sua credencial, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.
- 3.1.1 Por credencial entende-se:
- a) habilitação do representante, mediante apresentação de procuração pública ou ainda particular, acompanhada do respectivo contrato social, ato constitutivo ou documento equivalente que demonstre a capacidade para outorgar os poderes inerentes a presente licitação;
- b) documento comprobatório de capacidade para representar a empresa como sócio administrador, no caso de sociedade simples, comprovado através do contrato social, ou ato constitutivo no caso de titular de firma individual.
- 3.2 Ninguém poderá participar da licitação representando mais de uma licitante.
- 3.3 O documento que credencia o representante deverá **ser entregue separadamente** dos envelopes "**DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA**".

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 3.4 A falta do documento previsto no item 3.1.1 não inabilita a licitante, ficando, porém, impedido o representante não credenciado de qualquer interferência no processo licitatório na qualidade de licitante.
- 3.5 O modelo de credenciamento encontra-se no **Anexo VII** deste Edital.

## 4 - DAS HABILITAÇÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 A habilitação que precederá a abertura das propostas destinar-se-á à qualificação dos licitantes mediante apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores expedido até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas pela Câmara Municipal de Arantina, devidamente atualizado, conforme estabelecido no anexo V deste instrumento convocatório, em conformidade com art. 22, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, observada sua validade na data de abertura do processo licitatório, a qualificará especificamente para o objeto desta licitação, observada sua validade na data de abertura do processo licitatório.
- 4.2 Somente poderão participar empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas <u>que estejam cadastradas no Cadastro Geral de Fornecedores da Câmara Municipal de Arantina, detentoras do Certificado de Registro Cadastral, observado o Anexo V deste Edital Convocatório;</u>
- 4.3 Ficam impedidas de participar desta licitação as empresas que se encontram nas seguintes condições:
- 4.3.1 Que tenham sócios, responsável técnico, ou integrante da equipe técnica, que sejam funcionários da Câmara Municipal de Arantina/MG;
- 4.3.2 Que tenham participado da elaboração dos projetos ou anteprojetos da obra em pauta;
- 4.3.3 Haja sido declarada inidônea para licitar:
- 4.3.3.1 Na Administração Federal;
- 4.3.3.2 Nas Administrações Estaduais, e
- 4.3.3.3 Nas Administrações Municipais.
- 4.3.4 Haja sido declarada suspensa para licitar com o Município de Arantina/MG;
- 4.3.5 Todos aqueles casos proibidos pela legislação vigente, em especial as hipóteses previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

### 5 – DA VISITA TÉCNICA

### 5.1 – DA VISITA TÉCNICA

- 5.1.1 Atestado de visita do local da obra fornecido pela Câmara Municipal de Arantina/MG.
- 5.1.2 A visita deverá ser realizada pelo responsável técnico da empresa legalmente habilitado, comprovação que deverá ser apresentada no ato da visita. A

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

visita técnica ao local da <u>obra poderá ser realizada até a data de abertura do certame,</u> no horário de expediente da Câmara Municipal, em dias úteis, na sede administrativa, <u>devendo para tanto proceder ao prévio agendamento junto à engenheira civil responsável pela elaboração dos projetos, Dra. Maria Cristina Pires Alves, pelo telefone (32) 98446-6494.</u>

- 5.1.3 Cabe ao licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos apresentados, dos detalhes, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica disponibilizada pela Câmara para execução dos serviços, inclusive dos dados apurados quando da visita técnica;
- 5.1.4 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução dos serviços não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução;
- 5.1.5 O atestado de visita técnica acima previsto, poderá ser substituído por declaração firmada pelo responsável legal da licitante e pelo responsável técnico da mesma, declarando ter pleno conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme modelo contido no Anexo XI.

# 6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 - Os documentos de **HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**, exigidos neste Edital deverão ser apresentados em INVÓLUCROS distintos, opacos e fechados, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE ARANTINA/MG TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022 RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE NÚMERO DO CNPJ ENDEREÇO

ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA COMERCIAL CÂMARA MUNICIPAL DE ARANTINA/MG TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022 RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE NÚMERO DO CNPJ ENDERECO

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 6.2 Os documentos necessários poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Câmara, a seu critério e à vista do original.
- 6.3 Como condição para habilitação os licitantes deverão ofertar a GARANTIA DE PROPOSTA, nos seguintes termos:
- 6.3.1 O Licitante deverá fornecer Garantia de Proposta no valor de 1% (um por cento) do valor orçado pela Administração, ou seja, no valor de R\$ 1.099,73 (um mil e noventa e nove reais e setenta e três centavos).
- 6.3.2 A Garantia de Proposta é exigida para manter a Câmara Municipal protegido contra os atos ou omissões do Licitante, que dão ensejo à execução da garantia, perdurando durante o período de validade da proposta.
- 6.3.3 A Garantia de Proposta deverá estar denominada em Reais (R\$), e poderá ser fornecida em uma das formas mencionadas no art. 56, § 1º da Lei 8.666/93.
- 6.3.4 Em se tratando de garantia proposta a ser efetuada na forma de caução em dinheiro, a mesma deverá ser realizada **IMPRETERIVELMENTE** na forma depósito bancário em conta corrente em nome da Câmara Municipal, nos seguintes termos:

Favorecido: Câmara Municipal de Arantina Banco n.º 001 - Banco do Brasil Agência n.º 1653-5 Conta n.º 5943-9

- 6.3.4.1 A Câmara desde já cientifica aos licitantes que NÃO RECEBERÁ "na forma de caução em dinheiro", depósitos em espécie efetuados diretamente em sua tesouraria ou ainda dirigidos a Comissão Permanente de Licitações.
- 6.3.4.2 Em se tratando de garantia de proposta efetuada nas demais formas prescritas no art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93 (seguro-garantia e fiança bancária), **DEVERÁ** o licitante **inserir as respectivas garantias no envelope de habilitação**, como condição para julgamento do item II, letra "d" do Título VII.
- 6.4 Os Licitantes que não obtiveram êxito em suas propostas, terão suas Garantias de Proposta restituídas em até 30 (trinta) dias após a data determinada para apresentação das propostas comerciais e documentos de habilitação, prazo esse a qual será o mínimo aceito como garantia de proposta.
- 6.5 A Garantia de Proposta do Licitante vencedor será liberada quando assinado o Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 6.6 A Garantia de Proposta poderá ser executada:
- 6.6.1 caso o Licitante revogue sua proposta durante o período de sua validade; e

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

6.6.2 - se o Licitante vencedor, deixar de assinar o Contrato, de acordo dentro do prazo e condições estabelecidas.

## 7 - ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – O envelope n.º 01 de documentos de habilitação deverá conter obrigatoriamente, sob **pena de inabilitação** da proponente, a documentação abaixo discriminada. As certidões que não tiverem especificado os prazos de validade serão aceitas com 60 (sessenta) dias a partir da data de expedição. Todos os documentos referidos poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor integrante do setor de licitações. Esta documentação, deve ser colocada preferencialmente na ordem sequencial em que é exigida neste Edital, conforme segue:

# a) Documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I registro comercial, no caso de empresa individual;
- Il ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV **decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### b) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, consistirá em:

- I Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- II Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- III Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- IV Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- V Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### c) Documentos relativos à qualificação técnica:

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- I Comprovação fornecida pela Câmara Municipal de Arantina de que a licitante realizou visita técnica no local onde será realizada a obra objeto desta Tomada de Preços **ou** a declaração firmada pelo responsável legal da licitante e pelo responsável técnico da mesma, declarando ter pleno conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, **Anexo XI.**
- II Comprovação de registro/inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.
- III Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo I);
- IV Declaração firmado pelo representante legal, que a licitante que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme modelo Anexo XII;
- V. Prova de possuir em seu quadro dirigente ou de pessoal permanente, na data de entrega da proposta, profissional(is) de nível superior de engenharia civil ou arquitetura, responsável(eis) técnico(s) da licitante, devidamente registrados na entidade profissional;
- V.1. A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- a) no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;
- b) no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
- cópia da folha do livro de registro de empregados;
- d) Contratos regidos pela legislação civil comum.
- d.1 Em havendo a apresentação de contratos regidos pela legislação civil comum, o(s) mesmo(s) deverá(ão), <u>OBRIGATORIAMENTE</u>, estar com a firma reconhecida dos contratantes, tendo em vista a necessidade de aferir a autenticidade de quem assinou o contrato com a proponente.
- V.2 Declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) será(ão) o(s) responsável (eis) pela execução do objeto deste edital, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no **ANEXO VI** devendo ser assinada, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável (eis) técnico(s), mencionado(s);
- V.3 Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante, deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo a Câmara Municipal admitir a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### d) Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- I Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo cartório do distribuidor da sede da empresa, com data de expedição não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data designada para julgamento dos documentos de habilitação desta licitação.
- I.1 Será aceita, como forma de atendimento do item anterior, Certidão de "NADA CONSTA" em relação a ações cíveis em nome do licitante ou documento equivalente.
- II. Depósito da garantia da Proposta de Preço (1% do valor orçado), em conformidade com o "**item 6.3 do Título 6**" deste instrumento convocatório.
- II.1 Ressalvado os casos previstos na legislação, todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser específicos da matriz ou da filial licitante, não sendo aceita parte de documentos desta e outra daquela, sob pena de inabilitação;
- II.2 As microempresas ou empresas de pequeno porte, que desejarem fazer uso da prerrogativa constante da LC 123 em seu art. 43, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, comprovando esta condição mediante declaração que esteja assim está amparado;
- II.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- II.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.636, de 21 de junho de 1993.
- II.3 Os documentos destinados à habilitação relacionados nos subitens acima deste Título, que tenham sido exigidos para fins de cadastro, conforme ANEXO V deste edital, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, da Câmara Municipal de Arantina/MG em vigor na data da entrega dos envelopes, desde que tais documentos ESTEJAM EXPRESSAMENTE INDICADOS no referido cadastro e AINDA VIGENTES NA DATA DESIGNADA PARA HABILITAÇÃO.
- II.3.1 O Presidente da Comissão Permanente de Licitações poderá efetuar consulta à pasta de cadastro de fornecedores da Câmara Municipal, para fins de aferição de dados omissos no Certificado Registro Cadastral CRC, e ainda ao site dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.
- II.4 Na eventualidade do licitante ter apresentado algum documento no momento do credenciamento, tal documento também poderá ser aproveitado na fase de

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

habilitação como forma de sanear alguma impropriedade, notadamente, quando da ausência de sua juntada dentro do envelope de habilitação.

## 8 - ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

- 8.1 A proposta comercial deverá preencher os seguintes requisitos:
- a) Ser impressa por meio eletrônico em papel, com a identificação da empresa, escrita em português do Brasil, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvada, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, acondicionada em envelope fechado.
- b) Especificar de forma clara o serviço oferecido, obedecidas as especificações contidas nos anexos deste Edital;
- c) Conter:
- c.1) Sob pena de desclassificação da proposta comercial a mesma deverá ser formalizada com a apresentação da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, devidamente preenchida, elaborada evidenciando preços unitários e preços totais, conforme **ANEXO XV**;
- c.2) prazo de validade da proposta comercial de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de abertura da mesma. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como 60 (sessenta) dias para efeito de julgamento.
- d) ser entregue no local, na hora e dia designados neste Edital;
- 8.2 Serão desclassificadas as propostas que tenham sido elaboradas em desacordo com o presente Edital;
- 8.3 A Comissão de licitação não levará em conta, propostas para execução parcial dos serviços, nem propostas que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que tiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço;
- 8.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas sem a emissão do empenho, fica o licitante liberado do compromisso assumido, salvo se concordar com a prorrogação deste prazo.

### 9 – PROCESSO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 – No local, dia e hora definidos anteriormente, a Comissão de Licitação em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, que será assinada pelos proponentes que ao ato comparecerem e pelos membros da Comissão de Licitação, receberão dos representantes das licitantes, os invólucros

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

da Documentação de Habilitação e Proposta Comercial, se antes não tiverem sido protocoladas na Câmara Municipal.

- 9.2 Uma vez iniciada a abertura dos invólucros da "Documentação de Habilitação", não serão admitidas quaisquer retificações e nem será permitida a participação de proponentes retardatárias;
- 9.3 Procedida a abertura dos invólucros contendo "Documentação de Habilitação" na presença dos licitantes, a Comissão irá examinar os documentos das licitantes, inabilitando aquela que deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados no item 7.1 deste Edital, ou apresentá-los em desacordo com as demais exigências do presente Edital;
- 9.4 Após o cumprimento do subitem anterior, havendo manifestação de vontade de recorrer da decisão da Comissão, à(s) licitante(s) será outorgado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar (em) por escrito razões fundamentadas, na forma do art. 109 da Lei n.º. 8.666 de 21.06.1993. Julgado(s) o(s) recurso(s) referente(s) a habilitação, que terá (ão) efeito suspensivo, a Comissão comunicará o resultado a(s) licitantes, designando nova data para abertura dos invólucros de "Proposta Comercial".
- 9.5 Havendo renúncia expressa das licitantes de interporem recurso contra a decisão da Comissão prosseguir-se-á com os trabalhos, passando-se à fase seguinte, qual seja a da abertura dos invólucros fechados da "Proposta Comercial", das empresas habilitadas e devolução dos envelopes fechados às empresas inabilitadas, se porventura houver, devendo, ainda, todos os conteúdos dos envelopes abertos serem rubricados pelos membros da Comissão e representantes das licitantes presentes, podendo estes últimos pronunciar sobre o exame da proposta, consignando-se em ata o desejo de recorrer ou outras observações decorrentes do exame;
- 9.6 Caso se verifique a hipótese aventada no item 9.4, os invólucros de "Proposta Comercial", serão rubricados em seu fecho pelo Presidente da Comissão, pelos demais membros e pelos representantes das licitantes, permanecendo sob a guarda e responsabilidade do primeiro;
- 9.7 Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação ou em caso de diligência, realizar-se-á segunda reunião no dia, horário e local designados, com prévia ciência por meio de publicação no site ou outra forma de comunicação, a qual terá por objetivo a continuidade dos trabalhos atinentes a referida fase procedimental (fase de habilitação) ocasião em que será verificadas as demais aptidões dos licitantes quanto ao exigido no edital convocatório.
- 9.8 Somente terão direito de usarem da palavra, rubricar propostas, apresentar impugnações, reclamações ou recursos, representantes legais ou procuradores dos licitantes participantes, devidamente identificados e credenciados.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 9.9 Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:
- 9.9.1 Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.9.2 A proposta vencedora será aquela que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com o §3º do art. 45 da Lei 8.666/93;
- 9.9.3 Serão consideradas desclassificadas:
- a) As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) A proposta com preços manifestamente inexequíveis.
- 9.9.4 Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a material e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 9.10 As propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte caso sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação nominada por "Empate Ficto".
- 9.10.1 Para efeito do subitem anterior, ocorrendo o empate ficto, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderão apresentar proposta de preco inferior àquela de menor preco:
- b) Não sendo classificada em primeiro lugar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 9.10, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem no percentual estabelecido no subitem 9.10, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor;
- d) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada pela Comissão para apresentar nova proposta, devidamente adequada, no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de preclusão;

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- e) Na hipótese de não-contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) O disposto no subitem 9.10 somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. 9.11 O critério de desempate nesta licitação será, obrigatoriamente, o sorteio, conforme previsto no § 2º, do art. 45, da Lei Federal n.º 8.666/93.

## 10 – DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 10.1 O presente certame será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal.
- 10.2 Homologado o resultado da Licitação, o licitante vencedor deverá comparecer à Câmara Municipal para assinatura do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis da convocação munido do documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (no caso de titular da mesma) ou procuração, na qual lhe são outorgados poderes para a assinatura do Termo, bem como o cargo que ocupa, cópia da Cédula de Identidade e CPF, ficando sujeito às penalidades previstas no item 17, no caso de descumprimento deste prazo;
- 10.2.1 A convocação se dará por *e-mail* indicado pelo licitante vencedor na sessão pública, sendo presumida sua leitura, caso não confirme o recebimento do *e-mail*, no prazo de 02 (dois) dias corridos contados da data do envio da intimação.
- 10.2.2 O licitante vencedor deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, no dia da assinatura do contrato, recibo de prestação da Garantia Contratual, representando 5% (cinco por cento) do valor do contrato em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei n.º. 8.666/93.
- 10.3 A não assinatura no prazo acima estipulado será considerado como recusa;
- 10.4 A recusa da empresa em assinar o contrato, acarretar-lhe-á suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Arantina/MG, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- 10.5 Para o início da obra será expedida uma ordem de serviço;
- 10.6 A contratação da obra, objeto desta licitação, far-se-á sob o regime de empreitada por preço global, regido pela minuta contratual anexa.

## 11 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

11.1 – A licitação de que trata o presente edital, poderá ser revogada ou anulada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, sem que em decorrência de qualquer dessas medidas tenham os participantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

## 12 – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA SEÇÃO DA OBRA

12.1 – Sempre que for julgado conveniente, de acordo com a Fiscalização poderá a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, devendo, no caso, os ajustes de subcontratações, serem aprovados pela Câmara Municipal.

## 13 - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇO

- 13.1 No interesse da Câmara Municipal de Arantina/MG, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado, obedecidos os limites da Lei 8.666/93:
- 13.2 Estas alterações serão efetuadas através de Termo Aditivo, após apresentação de novas propostas por parte da empresa, dentro dos seguintes critérios:
- a) Os serviços acrescidos ou suprimidos e que constem na proposta inicial serão acertados pelo valor da mesma, ou seja, se acrescidos, pagos pelo valor da proposta e se suprimidos, diminuídos do valor do contrato.
- b) Serviços não contidos na proposta inicial deverão ser acertados com base nos preços unitários da nova proposta, a qual serão objetos de comum acordo entre as partes.

## 14 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1 O licitante vencedor deverá iniciar a execução do serviço na forma estipulada no presente Edital e anexos e após contato com a engenheira civil autora dos projetos executivos, a qual terá o encargo de fiscalizar a sua execução.
- 14.2 A mobilização e implantação do canteiro de obras e consequentemente do início dos serviços se dará **IMEDIATAMENTE**, após a emissão da ordem de serviços.
- 14.3 A obra deverá ser executada em conformidade com os projetos apresentados, qualquer alteração dependerá de autorização do contratante.
- 14.4 A empresa deverá cumprir o cronograma físico financeiro.

## 15 – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

15.1 – A Câmara Municipal fica reservada ao direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega de cada parcela da obra, esta não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado, atestado pela engenheira civil que firmará atestado neste sentido.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 15.2 O pagamento referente ao serviço, objeto desta licitação, será realizado em estrita observância ao <u>cronograma físico-financeiro</u>, sendo efetuado através de depósito em conta corrente mediante:
- 15.2.1 Apresentação de documento fiscal, relativo aos serviços efetivamente prestados, emitido pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;
- 15.2.2 Após aprovação da medição pelo (a) Engenheiro responsável;
- 15.2.3 Apresentação dos laudos de medição emitidos pelo (a) engenheira responsável;
- 15.2.4 Apresentação de Certidão Negativa de Débitos de INSS, Certificado de Regularidade do FGTS e regularidade trabalhista;
- 15.2.5 Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;
- 15.2.6— O pagamento devido pela Câmara será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;
- 15.2.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do objeto contratado;
- 15.2.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará a Câmara Municipal, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;
- 15.2.09 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada;
- 15.2.10 Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da contratação;
- 15.2.11 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea "d", artigo 65, da Lei 8666/93.

#### 16 - DO RECEBIMENTO DA OBRA

16.1 - A obra será recebida da seguinte forma:

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- a) o recebimento provisório da obra será feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- b) o recebimento definitivo da obra será feito por servidor ou comissão designada por autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 16.2 O recebimento de que trata este Título, não exime o contrato dos vícios ocultos existentes na obra, em especial, as prescrições do art. 618 do Código Civil.

### **17 - DAS PENALIDADES**

- 17.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços a Câmara Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, sem prejuízo das penalidades mencionadas no instrumento contratual, as seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a (02) dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com à Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 17.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no subitem 17.1.
- 17.3 Ocorrendo um dos fatos descritos no subitem anterior, a Câmara Municipal poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada ou revogar a licitação, observado o disposto no art. 81, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### 18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – A contratação tem valor estimado em **R\$ 109.973,84 (cento e nove mil novecentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos)**, que será empenhado na seguinte dotação orçamentária: 01.001.031.0003.1.001.449051.

## 19 – DOS RECURSOS E DA REPRESENTAÇÃO

- 19.1 Dos atos pertinentes a este procedimento licitatório praticados pela Comissão Permanente de Licitação, caberão recurso, interposto por escrito ao(à) Presidente da Câmara e encaminhado à Comissão Permanente de Licitação, via Protocolo Administrativo na sede da Câmara Municipal, nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.
- 19.2 Interposto recurso, abrir-se-á vista do mesmo aos licitantes, pelo prazo legal, nos termos do § 3º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93. Impugnado ou não o recurso, a Comissão Permanente de Licitação o apreciará e decidirá pela manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo o processo, no caso da primeira hipótese, ao Presidente da Câmara, devendo ainda:
- 19.2.1 ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;
- 19.2.2 ser protocolizado na sede administrativa da Câmara Municipal, no endereço citado no preâmbulo.
- 19.3 A Câmara não se responsabilizará por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Sala de Licitações e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 19.4 A intimação dos atos recursais se darão por meio de comunicação direta aos licitantes.

### 20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 – A critério da Câmara Municipal de Arantina/MG e mediante despacho fundamentado da autoridade competente a presente licitação poderá ser revogada no todo ou em parte, anulada por ilegalidade, ter as quantidades do seu objeto diminuídas, aumentadas ou anuladas, sem que, por quaisquer desses motivos possam os licitantes reclamar direitos ou exigir indenizações, ressalvado o disposto nos parágrafos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 20.2 É facultado à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assuntos relacionados à presente tomada de preços.
- 20.3 As decisões da Comissão Permanente de Licitação somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente da Câmara Municipal.
- 20.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será obedecido o disposto no artigo 110 da Lei 8.666/93.
- 20.4 As licenças de aprovação e a anotação da obra junto aos órgãos competentes, e as demais licenças e franquias exigidas por Lei, correrão por conta da CONTRATADA.
- 20.5 Pela participação, fica o proponente submetido às condições deste Edital, bem como àquelas previstas na Lei n.º 8.666/93.
- 20.6 Os casos omissos e erros formais serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.
- 20.7 Fica entendido que toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido;
- 20.8 A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, §3° da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 20.9 As comunicações relacionadas ao "julgamento da fase de habilitação" e "julgamento da proposta comercial" incluindo os incidentes/diligências processuais, se dará por publicação no site ou comunicação direta aos licitantes;
- 20.10 Constituem Anexos do Edital dele fazendo parte integrante:
- a) Anexo I Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b) Anexo II Modelo de Declaração de Visita ao Local da Obra;
- c) Anexo III Carta de Credenciamento para proceder a visita técnica;
- d) Anexo IV Minuta de Contrato;

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- e) Anexo V Relação de Documentos para Cadastramento;
- f) Anexo VI Modelo de Declaração de Disponibilidade Profissional;
- g) Anexo VII Carta de Credenciamento;
- h) Anexo VIII Modelo declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação;
- i) Anexo IX Declaração de Condição de ME ou EPP;
- j) Anexo X Modelo de Declaração de Concordância com os termos do edital;
- k) Anexo XI Modelo de Declaração Para Dispensa de Visita Técnica;
- I) Anexo XII Modelo de Declaração que não possui servidor público empregado;
- m) Anexo XIII Memorial Descritivo;
- n) Anexo XIV Projeto Arquitetônico;
- o) Anexo XV Planilha Orçamentária;
- p) Anexo XVI Cronograma Físico Financeiro;
- q) Anexo XVII Memória de Cálculo;
- r) Anexo XVIII Quadro de Composição de BDI (deverá ser apresentado de acordo com os valores cotados pela licitante).
- 20.11 Maiores informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários a complementação das especificações poderão ser obtidos na sede da

Câmara Municipal de Arantina, em horário de expediente normal das 12h às 18h.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente Edital, que será fixado no quadro de avisos da Câmara Municipal de Arantina, estando à disposição dos interessados no horário de expediente normal.

Arantina/MG, 05 de dezembro de 2022.

João Bosco de Sá Presidente da Câmara Municipal

Flávia Ribeiro Silva Nazaré Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### **ANEXO I**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

disposto no i emprega meno emprega meno	inciso XXX	, DECLA <b>XIII, do a</b> ito anos e	RA, <b>sob</b> i <b>rt. 7º d</b> a em traba	as per a Cons	nas da ∣ tituição	Lei em c da Rep	umpri ública	mento ao , que não
* aprendiz ( ).	Ressalva:	emprega	menor, a	a partir	de quato	orze anos	, na co	ondição de
_		_,	de			de 2022		

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade, número e órgão emissor)

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

# ANEXO II ATESTADO DE VISITA (fornecido pela Câmara no dia da visita)

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2022

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para a execução da 1ª etapa, sendo: (Serviços preliminares, movimento de terra, infraestrutura – fundações e muro divisório), destinada a construção da sede própria da Câmara Municipal de Arantina/MG, tudo conforme Edital, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planta e demais anexos.

Declaramos que orepresentante da empresa sob n.ºdevid execução das obras e/ou serviços, objeto	, inscrita no CNPJ/MF lamente credenciado, visitou o local da
, de	de 2022.

(Nome, assinatura do responsável pelo órgão licitador)

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

# ANEXO III CARTA DE CREDENCIAMENTO PARA VISITA TÉCNICA

(Local e data)
À Comissão de Licitações
Ref.: Edital de Tomada de Preços n.º 001/2022
Prezados(as) Senhores(as),
O abaixo assinado,, portador da cédula de identidade RG n.º, emitida por, na qualidade de representante legal pela empresa, vem, pela presente, informar a V.S.ª que o senhor, portador da Carteira de Identidade nº, CPF foi designado para acompanhar a visita técnica a ser realizada para a referida licitação em epígrafe.
Atenciosamente,
(carimbo, nome e assinatura do responsável legal) (Cédula de identidade, número e órgão emissor)

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

# ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARANTINA, pessoa jurídica de
direito público, com sede à rua Ulisses Fernandes, n° 21,
Arantina, Estado de Minas Gerais, neste ato representado
pelo Presidente da Câmara Sr. João Bosco de Sá, residente
e domiciliado nesta cidade, e a empresa
doravante denominada
CONTRATADA, neste ato representada por,
, portador(a) da Cédula de Identidade n.º, e
inscrito(a) no CPF sob o n.º, resolvem celebrar o
presente Contrato, como especificado no seu objeto, em
conformidade com o Processo Licitatório n.º 010/2022, na
modalidade Tomada de Preços n.º 001/2022, do TIPO
MENOR PREÇO GLOBAL, sob a regência da Lei Federal
n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir
pactuadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia para a execução da 1ª etapa, sendo: (Serviços preliminares, movimento de terra, infraestrutura fundações e muro divisório), destinada a construção da sede própria da Câmara Municipal de Arantina/MG, tudo conforme Edital, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planta e demais anexos.
- 1.2. Mediante autorização escrita e fundamentada da Câmara, poderá a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, devendo, no caso, os ajustes de subcontratações, serem aprovados pela Câmara.
- 1.3 A execução da obra objeto do presente contrato, far-se-á sob o regime de empreitada por preço global.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DE TOMADA

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

DE PREÇOS N.º 001/2022 – CÂMARA MUNICIPAL DE ARANTINA, constantes do Processo n.º 010/2022, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação do contratado.

## CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária: 01.001.01.031.0003.1.001.449051.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato terá vigência de 03 (três) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

- 5.2. O pagamento referente ao serviço, objeto desta licitação, será realizado em estrita observância ao <u>cronograma físico-financeiro</u>, sendo efetuado através de depósito em conta corrente mediante:
- 5.2.1 Apresentação de documento fiscal, relativo aos serviços efetivamente prestados, emitido pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;
- 5.2.2 Após aprovação da medição pelo (a) Engenheiro responsável;
- 5.2.3 Apresentação dos laudos de medição emitidos pelo (a) Engenheiro responsável:
- 5.2.4 Apresentação de Certidão Negativa de Débitos de INSS, Certificado de Regularidade do FGTS e regularidade trabalhista;
- 5.2.5 Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;
- 5.2.6 O pagamento devido pela Câmara será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;
- 5.2.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do objeto contratado;
- 5.2.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará a Câmara, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

- 5.2.9 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada;
- 5.2.10 Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor da contratação;
- 5.2.11 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, conforme previsão na alínea "d", artigo 65, da Lei 8666/93.
- 5.3. O Banco/Agência/Número da conta corrente deverão constar da nota fiscal;
- 5.4. Para efeito de pagamento, serão considerados os valores unitários cotados e as quantidades efetivamente executadas no período de aferição e atestadas pela fiscalização.
- 5.5. A Câmara fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega de cada parcela da obra, esta não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado, atestado pelo Engenheiro Municipal que firmará laudo neste sentido.
- 5.6 No interesse da Câmara Municipal/MG, o objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado, obedecidos os limites da Lei 8.666/93;
- 5.7 Estas alterações serão efetuadas através de Termo Aditivo, após apresentação de novas propostas por parte da empresa, dentro dos seguintes critérios:
- a) Os serviços acrescidos ou suprimidos e que constem na proposta inicial serão acertados pelo valor da mesma, ou seja, se acrescidos, pagos pelo valor da proposta e se suprimidos, diminuídos do valor do contrato.
- b) Serviços não contidos na proposta inicial deverão ser acertados com base nos preços unitários da nova proposta, a qual serão objetos de comum acordo entre as partes, remetendo, portanto ao âmbito negocial.
- c) O presente contrato não será reajustado.

## CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E COMUNICAÇÕES

6.1. A obra deverá ser entregue no prazo e forma constante do cronograma físico-financeiro, integrante do projeto básico;

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

6.2 – As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, por si ou por seus prepostos, provocar ou causar para a Câmara e/ou terceiros, devendo entregar as obras deste contrato de acordo com os termos e planilhas constante do processo, em estrita obediência à legislação vigente.
- 7.2. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à entrega das obras constantes deste contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações de funcionários, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.
- 7.3. As licenças de aprovação e a anotação da obra junto aos órgãos competentes, e as demais licenças e franquias exigidas por lei, correrão por conta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÃO DA CÂMARA

- 8.1. A Câmara obriga-se a empenhar, quando da contratação, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) no prazo e forma estabelecidos.
- 8.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato.
- 8.3. Aplicar à Contratada penalidades, quando for o caso;
- 8.4. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 8.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

# CLÁUSULA NONA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

- 9.1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a adjudicatária/contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos termos dos arts. 81 e 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 9.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com a Câmara, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 9.2.1. Advertência escrita comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção. 9.2.2. Multa, nas seguintes condições:
  - a) Ressalvados os casos de força maior, a critério da CONTRATANTE, à CONTRATADA incorrerá na multa diária de 01% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por atraso no início da execução da obra e ou suspensão dos trabalhos por mais de 15 (quinze)dias sem justificativa por escrito do objeto deste contrato.
  - b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
  - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas:
- 9.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.
- 9.3. O valor da multa aplicada, nos termos do item 9.2.2, alíneas "a", "b" e "c", será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.
- 9.4. Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens 9.2.1 a 9.2.4, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento parcial ou total da obra emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará à Administração Municipal.
- 9.5. As penalidades de advertência, multa e suspensão serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação do setor de contratos, pelo responsável competente.
- 9.6. As sanções previstas nos itens 9.2.1, 9.2.3 e 9.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no 9.2.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

- 9.7. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, é de competência da autoridade competente, nos termos de lei, da qual cabe pedido de reconsideração.
- 9.8. Em qualquer caso, será assegurada à adjudicatária / contratada a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º. 8.666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 do citado diploma legal.
- 10.2. Na hipótese de rescisão, a Câmara Municipal poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.
- 10.3. A Câmara Municipal poderá declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no art. 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - FORO

11.2. Será competente o foro da Comarca de Andrelândia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores, na presenca de duas testemunhas abaixo assinadas.

	Arantina/MG, de de 2022.	
	Câmara Municipal de Arantina	
	Representada pelo (a) Presidente	
	CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		
NOME:	NOME:	
CPF:	CPF:	

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

#### **ANEXO V**

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRAMENTO

- I Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- III Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- V Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- VI Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- VII Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- VIII Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- IX Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- **Obs.: 1)** Nos termos e prazos mencionados no art. 22, § 2º da Lei 8.666/93, os interessados **não cadastrados** deverão protocolizar no endereço relacionado no preâmbulo do edital a documentação acima referenciada para fins de ficarem aptas a participar da presente licitação.

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

#### **ANEXO VI**

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADEDE PROFISSIONAL

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

responsávei Tomada de	Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital que o Sr(s) – CPFsão nossos is técnicos para acompanhar a execução dos serviços, objeto desta Preços.
empresa	Local e data  Assinatura do responsável pela empresa Nome do responsável pela
	DE ACORDO.
Técnico(s)	Nome(s), Assinatura(s), CPF (MF) e CREA do(s) Responsável(eis)

Observação: O responsável pela empresa e o (s) responsável (eis) deverão assinar em conjunto esta declaração

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### **ANEXO VII**

### **CARTA DE CREDENCIAMENTO**

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

A
Câmara Municipal de Arantina
A/C Comissão Permanente de Licitação
·
Prozada(a) Caphar(a)
Prezado(a) Senhor(a),
A CND I I N
A empresa, inscrita no CNPJ sob o N.
, neste ato representada po
(qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo
ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital da TP n.º 003/2020
vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr, RO
, como representante qualificado a participar de todos o
atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para
apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da
Lei n.º 8666/93, assinar contratos e declarações anexas do Edital.
Atenciosamente.
Local e Data: dede 2022

### **NOME**

Representante Legal da Licitante Anexar cópia da carteira de Identidade

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

#### **ANEXO VIII**

# MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

(Local e data)
A Câmara Municipal de Arantina A/C Comissão Permanente de Licitação
Prezado(a) Senhor(a),
A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada por (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação da mesma na presente licitação.
Atenciosamente,
NOME Representante Legal da Licitante

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### **ANEXO IX**

## MODELO DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empress	incorita no CND Look o nº
A empresa, por inter	, IIISCIIIA IIO CINFU SOD O II.º
, por inter	nortador de Documento de
o(a) Sr. (a)	_, portador do Documento de
Identidade n.º	_, INSCINO NO CPP SOD O N.º
, DECLARA, sob as per	·
legais para qualificação como	(incluir a
condição da empresa: Micro empresa (ME) ou	
, de acordo com o artigo 3º da Lei Complem	•
sujeita a quaisquer dos impedimentos do Par	•
a usufruir do tratamento favorecido estabelecio	do nos artigos 42 a 49 da citada Lei.
() Declaramos possuir restrição fiscal no pretendemos utilizar o prazo previsto no Complementar n.º 123/06, para regularização decairá o direito à contratação, estando sujeit da lei Federal n.º 8.666/93.	artigo 43, Parágrafo 1º da Lei o, estando ciente que, do contrário,
Observação: Em caso afirmativo, assinalar a re	essalva acima.
, de de 20	922.
, 45 46 20	
(assinatura)	
(nome do representante legal da empresa)	
( a.c sprocomanic rogal aa criproca)	

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### **ANEXO X**

## MODELO DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

(Local e data)
A Câmara Municipal de Arantina A/C Comissão Permanente de Licitação
Prezados(as) Senhores(as),
A empresa, inscrita no CNPJ sob o n. qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022 vem perante Vossas Senhorias declarar que aceita todas as condições do Edital e que tem pleno conhecimento de todas as especificações técnicas necessárias à execução dos serviços.
Atenciosamente,
Nome Representante Legal da Licitação

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

### **ANEXO XI**

# MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL DAS OBRAS E DE SUAS CONDIÇÕES

A Câmara Municipal de Arantina A/C Comissão Permanente de Licitação
A Empresa [Razão Social da Licitante ], CNPJ nº, mesmo não tendo realizada a Visita Técnica, <b>DECLARA</b> para os devidos fins, que conhece os locais de execução dos serviços e obras, aceitando todas as característica do projeto, assumindo toda a responsabilidade pela execução do mesmo, inclusive as dificuldades dos serviços relativos ao objeto desta licitação, tais como análise do solo, captação de água, luz e força, acessos, transportes, e ainda, aceitamos como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere a Tomada de Preços nº 001/2022. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.
, em de de 2022.
Nome e Assinatura do representante legal
Nome e Assinatura do Responsável Técnico e n.º de Crea/Cau "Carimbo"

#### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

#### **ANEXO XII**

# MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO EMPREGADO

## PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2022

A
Câmara Municipal de Arantina
A/C Comissão Permanente de Licitação

(NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE), CNPJ N.º, sediada (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº e do CPF nº **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Cidade, Estado, em	de	de 2022.
Representante legal Empresa: CNPJ: RG	: CPF: "CARIM	BO DA EMPRESA"

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

## **Anexo XIII - Memorial Descritivo**

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

Anexo XIV – Projeto Arquitetônico

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

Anexo XV – Planilha Orçamentária

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

Anexo XVI – Cronograma Físico Financeiro;

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

Anexo XVII- Memória de Cálculo

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Franklim José Ribeiro, n.º 70, Bairro Varzea - Arantina- CEP: 37.360-000 CNPJ: 00.161.847/0001-58 Telefone: 0\*\*32 3296-1329

Anexo XVIII- Quadro de Composição de BDI